

O PROCESSO DE ROTULAÇÃO NA DINÂMICA ARGUMENTATIVA DO TEXTO: UMA ANÁLISE SOCIOCOGNITIVA

Marco Antônio Rosa Machado¹
Arnaldo Rodrigues de Lima²

RESUMO

Este artigo apresenta a análise de um mecanismo de referenciação que se dá pelo uso de expressões nominais rotuladoras. Isso é feito a partir de um paradigma sociocognitivo em que se pressupõe que os textos não dependem apenas de características textuais para se realizarem social e historicamente e que os interlocutores desempenham atividades sociointeracionais e dialógicas. Com o objetivo de entender melhor o funcionamento dos rótulos analisamos a ocorrência desse fenômeno em um corpus de dez textos jornalísticos. E a partir da análise desses dados traçamos uma breve discussão sobre a funcionalidade dos rótulos, sobretudo, os avaliativos na organização, progressão e produção de sentido no texto.

Palavras-chave: referenciação, sociocognição, processamento textual, rotulação.

Introdução

Os recentes estudos desenvolvidos pela Linguística Textual brasileira (KOCH, 2002; 2004; MARCUSCHI; KOCH, 2006) apontam a necessidade de investigarmos os mecanismos textuais sob uma perspectiva sociocognitivo-interacional. A partir desse pano de fundo teórico o texto passa a ser entendido como um *lugar* de interação entre os sujeitos, onde apenas mecanismos textuais não são suficientes para a sua realização, seu funcionamento e sua compreensão. O texto então requer do interlocutor uma atividade sociocognitiva e dialógica que abrange aspectos de significação e fatores relacionados à cultura.

¹ Mestre e doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), docente no curso de Letras do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: machadorvd@yahoo.com.br.

² Mestrando em Linguística (área de Neurolinguística) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – processo 15/07238-8). E-mail: arnaldolimanetto@gmail.com.

Com base nesses fundamentos gerais, vamos analisar neste trabalho como se dá a criação e utilização dos objetos-de-discurso no processo de referenciação textual. Autores como Marcuschi e Koch (2006), Koch (2008) Van Dijk (1994), Conte (1996) e Francis (1994) postulam que o referente não é algo pré-existente à língua, dela independente e externo a ela, mas é construído e reconstruído em um processo que se dá no próprio texto. Daí esses autores preferirem usar o termo *referenciação* (para enfatizar o aspecto processual) em lugar de *referente*.

Desse modo, o interlocutor deve em uma atividade cognitivo-interativa empregar todo seu *background*, quer de ordem linguística ou cognitiva, para conseguir apreender o(s) sentido(s) do texto. A atividade de referenciação permite ao autor do texto categorizar e/ou recategorizar informações textuais por meio da utilização de mecanismos coesivos, dentre os quais se destaca a rotulação, para arquitetar a dinâmica argumentativa de seu texto.

Neste trabalho discutimos como as expressões referenciais nominais – especificamente as expressões rotuladoras –, por meio do mecanismo de (re)categorização lexical, podem contribuir para a organização, progressão e instauração de sentido(s) nos textos.

Discutimos inicialmente as noções de referenciação, (re)categorização e rotulação, contextualizando-as a partir das teorias sociocognitivas que envolvem os atuais estudos na área da Linguística Textual. Discutimos a seguir a importância de se entender o texto como um acontecimento social e a relevância de compreender o fenômeno da rotulação para os processos de construção de sentido no texto.

Para entendermos melhor as características que envolvem o fenômeno da rotulação, será utilizado para análise – tanto interpretativa quanto qualitativa – e discussão, um *corpus* de dez textos publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, em versão eletrônica, disponíveis na internet.

Referência(ção) e (re)categorização no texto

É ponto relativamente pacífico para os estudiosos da língua afirmar que o texto constitui uma unidade qualitativamente diferente da frase, não só por sua extensão, mas também pelos princípios constitutivos que o regem. Diferentemente da frase, o texto não segue regras rígidas e inequívocas em sua constituição, ao contrário, o que há são

princípios de textualidade – que Beaugrande e Dressler (1981) chamaram de fatores de textualidade e que se popularizaram no Brasil com as obras de Koch (1989) e Fávero e Koch (2000).

Assumimos, com base nos autores acima mencionados, que o texto caracteriza-se como uma unidade de sentido e está presente nas práticas sociais do indivíduo contemporâneo, de modo que tais práticas são regidas e desencadeadas por intermédio de inúmeras manifestações textuais. Assim concebido, o texto deve ser tomado e analisado como uma *unidade* e não como uma mera construção de ligações entre frases isoladas, organizadas em sequência. Nessa linha de raciocínio, entendemos que o texto – enquanto elemento de sentido – sempre estabelecerá relações de dependência com todos os princípios envolvidos na prática da produção e compreensão textual³.

Com o desenvolvimento da Linguística Textual, que passa a dialogar com disciplinas cujo foco se situa nas relações sociocognitivas entre os indivíduos, inicia-se a considerar outros elementos no tratamento do texto, e não apenas aqueles tradicionalmente utilizados nas análises textuais. Sendo assim, o texto passa a ser concebido como

[...] o lugar de constituição e de interação de sujeitos sociais, como um evento, portanto, em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais [...], ações por meio das quais se constroem interativamente os objetos-de-discurso e as múltiplas propostas de sentidos, como função de escolhas operadas pelos co-enunciadores entre as múltiplas possibilidades de organização que a língua lhes oferece [...], o texto é um construto histórico e social, extremamente complexo e multifacetado [...] (KOCH, 2002, p. 9).

Para entendermos as relações que o texto estabelece entre as ações linguísticas e os aspectos sociocognitivos não podemos deixar à margem da discussão a relação entre texto e discurso, pois é na intenção discursiva que os processos de referenciação

³ O termo ‘texto’ deriva do latim *textus*, que vem do verbo *texere*, que significa entrelaçar, tramar e se aplica não só a trabalhos manuais em que se levam a cabo tramas, que dão por resultados texturas, mas também a tarefas intelectuais que implicam uma trama intelectual, de modo que se podia falar de *texere epistulas*, literalmente tramar cartas, ou *texere orationem* tramar, compor discursos. Daí precisamente surge o sentido de texto como trama, composição criada ou tecida por um autor (CASTELLO; MARSICO, 2007, p. 87).

desempenham um papel importante na direção argumentativa que o texto pode tomar. Travaglia e Koch explicam a relação entre os termos discurso e texto:

chamamos de discurso toda a atividade comunicativa de um locutor, numa situação de comunicação determinada, englobando não só o conjunto de enunciados por ele produzidos em tal situação – ou os seus e os de seu interlocutor, no caso do diálogo – como também o evento de sua enunciação. O texto será entendido como uma unidade linguística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos os usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independente da sua extensão (KOCH TRAVAGLIA, 2000, p. 8-9, grifo dos autores).

Neste trabalho temos o objetivo de discutir a importância dos *processos de referenciação* na construção de sentido(s) no discurso. Para isso, adotamos o texto escrito como objeto de estudo para analisarmos os mecanismos de referenciação que são estabelecidos pelo uso de expressões nominais referenciais⁴. Restringiremos, ainda, nossas análises para o fenômeno da rotulação⁵ que se estabelece por meio de processos de *recategorização lexical*⁶.

Segundo Marcuschi e Koch (2006), os processos de referenciação tradicionalmente são compreendidos como designações – uma espécie de etiquetagem – de elementos do mundo extralinguístico. Conforme asseveram Mondada e Dubois (2003 [1995], p. 17), “A idéia segundo a qual a língua é um sistema de etiquetas que se ajustam mais ou menos bem às coisas tem atravessado a história do pensamento ocidental”. Isso indica que a tentativa de relacionar as palavras e as coisas, aliada com a questão de saber como a língua refere o mundo, tem norteado as investigações sobre a referenciação entre os pesquisadores nos últimos anos.

⁴ Segundo Koch (2004), as expressões referenciais podem assumir as seguintes configurações:

Det. + Nome

Det. + Modificador(es) + Nome + Modificador(es)

Sendo que o *determinante* pode ser realizado por artigo (definido ou indefinido) e demonstrativo. Já o *modificador* manifesta-se por meio de adjetivos, sintagmas preposicionais (SP) e oração relativa.

⁵ Definimos e explicamos esse fenômeno no item 2.

⁶ Nas palavras de Marcuschi e Koch: “A recategorização acha-se fundada num tipo de remissão a um aspecto co(n)textual antecedente, que pode ser tanto um item lexical como uma idéia ou um contexto que opera como espaço informacional (cognitivo) para a inferenciação [...] De uma maneira geral, a recategorização de referentes envolve seleções de natureza semântica ou cognitiva e baseia-se em inferenciações fundadas em índices lexicais contextualizados.” (MARCUSCHI; KOCH, 2006, p. 396-397).

Contudo, segundo Marcuschi e Koch (2006), os processos de referenciação não estabelecem uma relação biunívoca entre linguagem e mundo. Os autores defendem a ideia de que, para um indivíduo estabelecer uma relação satisfatória entre o real – coisas existentes no mundo – e a língua(gem) – transformando-as em discurso, é necessário que o falante recorra a diversos fatores existentes que transpõem uma *estrita* representação do mundo por intermédio da linguagem. Mondada e Dubois (2003 [1995]), nesse mesmo sentido, propõem uma concepção *interacional* no que diz respeito a essa relação entre mundo e linguagem. As autoras postulam que os próprios usuários da língua constroem a relação existente entre as palavras e as coisas por meio de suas diversas práticas discursivas e cognitivas, social e culturalmente situadas.

Sendo assim, as categorias que os sujeitos utilizam para compreender e classificar o mundo não estão prontas e previamente elaboradas para que o indivíduo as acesse de acordo com as suas necessidades discursivas. Pelo contrário, elas são construídas no momento do discurso, possibilitando ao locutor imprimir ao seu texto o sentido que lhe é intencionado. Conforme podemos ler nas palavras de Mondada e Dubois:

as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se *elaboram* no curso de suas atividades, *transformando-se a partir dos contextos*. Neste caso, as categorias e objetos de discurso são marcados por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação (MONDADA; DUBOIS, 2003 [1995], p. 17, grifo nosso).

O processo de referenciação não pode ser restringido a uma atividade metalinguística. Conforme destaca Koch (2004), a referência deve ser concebida como uma atividade discursiva de maneira que essa concepção implica em uma visão não referencial da língua e da linguagem. Ou seja, os mecanismos utilizados para a referenciação não podem se esgotar nos recursos da própria língua(gem).

Nessa perspectiva, ao utilizarmos uma expressão referencial não estamos lidando apenas com objetos do mundo, (re)categorizados por intermédio da linguagem, pois ao criarmos – ou quando estamos interagindo em – uma situação discursiva, as categorizações, as designações, as representações e as sugestões se tornam objetos do discurso. Para Marcuschi e Koch (2006), objetos de discurso não são coisas ou

elementos do mundo real, mas sim representações cognitivas, culturalmente partilhadas entre os interlocutores. Sendo assim, a linguagem não é – e não deve ser – utilizada como uma tradução fiel/radical das coisas existentes no mundo. Conforme destacam esses autores:

Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Nosso cérebro não é uma "palaróide semântica". Ele reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. E essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. Por isso, não postulamos também uma reelaboração subjetiva, individual: a reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais e históricas, e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua (MARCUSCHI; KOCH, 2006, p. 381).

Os recursos de referenciação serão melhor compreendidos à luz de uma perspectiva sociocognitiva e interacional visto que as relações estabelecidas entre linguagem e cognição são de mútua constitutividade (KOCH, 2008, p. 202). Conforme mencionado anteriormente, o processamento de um texto não depende apenas de recursos textuais, mas também de recursos sociocognitivos dos usuários da língua.

Discutir sobre a relação entre cognição e linguagem é uma atividade relevante para a teorização no campo da Linguística Textual, porque o entendimento dessa relação nos permite lançar olhares mais aprofundados nas questões que envolvem o funcionamento social da língua(gem) no que tange à produção e à recepção do discurso. Morato (2010) aponta que a cognição não pode ser concebida como propriedade meramente mental e individual, desencarnada dos sujeitos e dos regimes que os conectam ao mundo. É necessário enfatizar que processos cognitivos se constituem em sociedade e no decurso das interações e práticas sociais. Nessa mesma linha de raciocínio, Van Dijk utiliza o termo *cognição social* e o define como

sistema de estratégias e estruturas mentais partilhadas pelos membros de um grupo, particularmente aquelas envolvidas na compreensão, produção, ou representação de "objetos" sociais tais como situações, interações, grupos ou instituições (VAN DIJK, 1994, 1997 apud KOCH, 2004, p. 56).

Ao discutirmos a relação entre cognição e linguagem estamos necessariamente preocupados em entender como os indivíduos usam a linguagem como mediação da

relação entre *linguagem-mundo* considerando, primordialmente, aspectos sociais e históricos dos usuários da língua. Segundo Freitas (2010 apud NOVAES-PINTO, 2012, p. 55, grifo do autor), “a análise sociocultural é como uma *lupa* que amplia o nosso olhar sobre os diferentes aspectos da realidade, tanto para explicá-la quanto para buscar formas de transformá-la”. De modo que analisar processos da língua(gem) por intermédio de processos formais e metalinguísticos reduzem a capacidade de entendimento sobre os fenômenos linguísticos.

A linguagem, na abordagem cognitivo-discursiva, é concebida como o resultado de um trabalho coletivo e histórico. De acordo com Coudry a linguagem deve ser considerada uma atividade histórica e cultural, de forma que o sujeito se torna um constituinte fundamental dessa atividade, como podemos perceber a seguir: “a língua resulta da experiência e do trabalho dos falantes *com e sobre* a linguagem.” (COUDRY, 2002, p. 101, grifo da autora).

Para Koch (2008), a produção de linguagem constitui uma atividade cognitivo-interativa de um nível complexo de produção de sentidos e que essa produção não requer apenas saberes, mas, principalmente, a (re)construção desses saberes e sentidos no momento da interação verbal. De modo que é devido a esse processo dialógico que se defende a passagem da concepção de referência para a de referenciação. Com isso, o sujeito, ao produzir seu discurso, está efetivamente desempenhando uma atividade em que a linguagem não é utilizada apenas como código. Nas palavras de Koch (2008, p. 203, grifo nosso):

A língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos que eles *intervêm* e nos quais *mobilizam* suas percepções, seus prazeres, quer de ordem linguística, quer de ordem sociocognitiva, ou seja, seus *modelos de mundo*.

Nessa perspectiva, a referenciação é entendida como uma atividade cognitivo-discursiva, pois o sujeito, no ato da interação verbal, mobiliza um conjunto de estratégias – linguísticas, cognitivas e sociais – para estabelecer relações de sentido que ele intenciona no momento da produção de seu discurso. Ou seja, o sujeito sempre utiliza seu arcabouço cultural para imprimir em seu discurso os efeitos que ele pretende, (re)categorizando de forma sócio-histórica os objetos sociais na produção da linguagem em contextos interacionais de uso efetivo da língua(gem).

Desse modo, estudamos neste artigo como essas (re)categorizações estão presentes na elaboração textual e qual é a importância desse mecanismo para o encadeamento e progressão de sentido(s) presente no texto⁷. Seguindo a concepção de referenciação como atividade sociocognitiva, não podemos conceber essas (re)categorizações como fenômenos metalinguísticos que são estanques, alheios aos recursos estruturais da língua. Conforme assinala Koch (2004, p. 54, aspas da autora),

Sacks propõe estudar a categorização como um problema de decisão que só coloca aos atores sociais, de forma que a questão não seria avaliar a adequação de um rótulo “correto”, mas descrever os procedimentos linguísticos e cognitivos por meio dos quais os atores sociais se referem uns aos outros “um velho”, “um banqueiro”, “um judeu” etc.

Tendo em mente que a análise sociocognitiva se interessa basicamente pela análise do sentido, das interações enquanto relações discursivas e pelo estudo das diversas possibilidades de uso da linguagem, entendemos que a avaliação dos fenômenos propostos neste trabalho deve ser feita por meio da análise de enunciados produzidos em episódios dialógicos que advêm de interações verbais, não restringindo a língua a elementos do sistema, mas considerando-a como *atividade humana*⁸. Nesse aspecto, a abordagem sociocognitiva proporciona maiores possibilidades de análises dos fenômenos presentes na produção textual, já que considera a língua não *apenas* como sistema (fonético-fonológico, morfológico, sintático e lexical), mas *também* atualização de possibilidades semânticas, pragmáticas e discursivas.

Encapsulamento e rotulação

Para discutirmos a respeito do fenômeno da *rotulação* não podemos deixar à margem das definições e discussões a noção de *encapsulamento*. Esses dois fenômenos estão diretamente relacionados à estrutura organizacional de um texto, pois em ambos os casos temos expressões referenciais definidas constituídas minimamente de um determinante definido seguido de um nome. Esses mecanismos de organização e

⁷ Neste trabalho será feita uma análise interpretativa e quantitativa do funcionamento dos rótulos avaliativos em textos jornalísticos escritos (dez textos no total) publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, em versão eletrônica, disponíveis na internet.

⁸ “Para Bakhtin o enunciado é a unidade real da comunicação verbal, isto é, uma unidade delimitada pela alternância dos sujeitos falantes [...] assim analisar enunciados [...] só podem fazer *significado* no *interior do processo dialógico* em que estão inseridos” (CAMPOS; SILVA, 2008, p. 98, grifo nosso).

progressão textuais são utilizados como meios de (re)categorização de referentes já postos nos textos, em relações tanto anafóricas quanto catafóricas.

Conforme vimos anteriormente, o ato de (re)categorizar é fruto de uma atividade de seleção que o locutor opera sobre o seu discurso, em uma dada situação de interação, para poder imprimir o sentido intencionado no texto. Conforme defendem Marcuschi e Koch (2006, p. 390):

Visto que o uso de uma descrição definida implica sempre uma seleção dentre as propriedades ou qualidades capazes de caracterizar o referente, tal escolha será feita, em cada contexto, em função dos propósitos a serem atingidos pelo produtor do texto.

Ao utilizar ambos os recursos – encapsulamento e rotulação –, o locutor fornece pistas ao leitor/ouvinte sobre suas opiniões, crenças, atitudes, auxiliando de forma substancial (n)a produção de sentido no (do) texto. Quando o produtor do discurso lança mão dessas estratégias de recategorização de alguma informação ou algum tópico já exposto no texto, os interlocutores serão capazes de ativar suas memórias e, a partir de um *background*, partilhar de características e traços do referente que o locutor procura enfatizar (MARCUSCHI; KOCH, 2006, p. 390).

O encapsulamento é definido por Conte (2003[1996], p. 181) da seguinte maneira:

o encapsulamento anafórico é primariamente uma categorização dos conteúdos do cotexto precedente. Esta categorização ocorre por meio de nomes neutros, mas também se dá na avaliação dos estados de coisa por meio de nomes avaliativos.

Conte, (2003[1996]), defende que o encapsulamento é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto.

O sintagma nominal encapsulador produz um nível mais alto na hierarquia semântica do texto. De modo muito interessante, o encapsulamento anafórico muito frequentemente ocorre no ponto inicial de um parágrafo e, então, funciona como um princípio organizador na estrutura discursiva. [...] O encapsulamento anafórico é a sumarização imaginável mais curta de uma porção discursiva precedente. Em outras palavras, é um tipo de subtítulo que simultaneamente interpreta um parágrafo precedente e funciona como ponto de início para um outro (CONTE, 2003[1996], p. 184).

Entretanto, a autora enfatiza que o encapsulamento pode não funcionar apenas como recurso referencial para informações já postas no texto, ou seja, além de serem paráfrases eles podem indicar argumentações futuras de maneira a direcionar o sentido do texto. Com isso, o fenômeno do encapsulamento se torna um recurso precioso na construção textual e acaba sendo um dos responsáveis pela dinâmica e progressão argumentativa do texto.

Os fenômenos do *encapsulamento* e da *rotulação* estão diretamente ligados, contudo esses mecanismos não são iguais; vejamos a seguir como a atividade de rotular se desenvolve.

Segundo, Francis (2003[1994]), os rótulos podem funcionar tanto cataforicamente quanto anaforicamente e desempenham um papel importante como organizadores textuais. Segundo o autor, os rótulos assinalam que o escritor está se movendo para a fase seguinte de seu argumento. Para isso, o locutor encapsula toda a fase anterior do texto em apenas uma única nomeação. Para Francis (2003[1994], p. 198),

rótulos têm uma clara função de mudar o tópico e de ligá-lo: eles introduzem mudanças de tópico, ou uma alteração dentro de um tópico, mesmo preservando a continuidade colocando uma informação nova dentro de um esquema dado.

Segundo Koch (2008), ocorrerá o fenômeno da rotulação sempre que o encapsulamento for feito por meio de expressões nominais, geralmente nomes genéricos e inespecíficos. A autora enfatiza que quando um leitor/ouvinte se depara com um rótulo ele necessita empregar sua capacidade de interpretação da expressão em si – o próprio rótulo – e, além disso, o leitor/ouvinte precisa, ainda, ter em mente a porção do texto que foi encapsulada pelo rótulo. Para isso, o acionamento de uma estratégia de compreensão cognitiva ajudará bastante o interlocutor entender a trama do texto/discurso.

O leitor/ouvinte, por sua vez, ao se deparar com o rótulo, deve ser capaz de reconstruir mentalmente a porção de texto por ele encapsulada, bem como perceber a razão do uso desse e não de outro rótulo no encaminhamento do sentido por parte do produtor. É isto, aliás, que diferencia a rotulação das simples nominalizações por meio de nomes deverbais (KOCH, 2008, p. 204).

Disso decorre que a rotulação é um meio de classificar a experiência do leitor em contextos culturais, sociais e cognitivos por meio de ideias, estereótipos e conjunto de realizações.

É o processo de (re)categorização que estende o fenômeno do encapsulamento para o da rotulação. Encapsular não implica necessariamente rotular; como é o caso das palavras estritamente gramaticais que, ao serem utilizadas sozinhas, já encapsulam porções do texto/discurso sem que uma (re)categorização da porção do texto seja instaurada. É o que vemos no exemplo a seguir:

Nem é preciso comprovar que candidatos tenham, de fato, sido barrados com base no preconceito – moral, religioso, político – dos examinadores. A simples possibilidade de que isso aconteça é razão suficiente para, em nome da transparência, banir tais entrevistas secretas como receitou o CNJ (Opinião, **Folha de S. Paulo**. Concursos transparentes 30 set. 2012).

Neste trecho o uso do pronome demonstrativo “**isso**” está apenas encapsulando a porção antecedente do texto, de sorte que o uso da expressão – estritamente gramatical – não instaurou em nenhum momento uma (re)categorização da porção anterior do texto.

Segundo Carvalho (2005), a (re)categorização estabelecida pelos rótulos pode ser feita de modo a apenas transformar um segmento textual em objeto-de-discurso mas o rótulo ainda pode ser de caráter avaliativo ou não. Conforme podemos ver no exemplo a seguir:

A partir de agora, essa tradição inconveniente terá de ser abandonada. O Conselho Nacional de Justiça, ao analisar recursos de candidatos reprovados no último certame do Tribunal de Justiça de São Paulo, considerou que as entrevistas secretas são ilegais. (Editorial, **Folha de S. Paulo**, 30 set. 2012).

Podemos perceber que nesse trecho o sintagma nominal “**essa tradição inconveniente**” é elaborada pela seguinte fórmula SN = [(Pron. Demonstrativo) + (N)] + (Mod), que poderia funcionar perfeitamente como rótulo apenas com a configuração entre colchetes – SN = [(Pron. Demonstrativo) + (N)] –, ou seja, “**essa tradição**”; contudo, a utilização do modificador “inconveniente” acaba categorizando e avaliando a tradição negativamente como algo que não pode acontecer nos processos de seleção para juiz de direito. A tentativa de atribuir um aspecto negativo à prática de entrevistar

os candidatos ao cargo de magistrado é reforçada no rótulo seguinte, estabelecido pelo sintagma nominal "**as entrevistas secretas**", com a configuração SN = (Det.) + (N) + (Mod.). O uso do modificador "secreto" (re)categoriza as entrevistas de modo a sugerir algo ilegal, que acontece sem o conhecimento público.

A rotulação é um mecanismo coesivo que colabora não só para tornar o texto uma unidade de sentido, mas também é responsável pela direção argumentativa do texto. Carvalho (2005) enfatiza que sobretudo os rótulos avaliativos permitem depreender posicionamentos do produtor do texto. De forma que entender o funcionamento dos rótulos na progressão e organização textual se torna um objetivo imprescindível para entendermos a dinâmica sociocognitiva dos textos. Conforme assinala Carvalho (2005, p. 99, grifo nosso),

A rotulação constitui uma estratégia linguística que favorece a compreensão dos textos, permitindo não só *direcionar os argumentos do produtor do texto*, explicitando pontos de vista, mas também organizar o discurso.

No *corpus* escolhido para este trabalho, são analisados os *rótulos avaliativos*, partindo-se da hipótese que na produção de um texto e na intenção de construção de sentido, os rótulos avaliativos prevalecem em comparação aos não avaliativos.

Análise dos dados

Para uma melhor compreensão do fenômeno da rotulação, na análise dos dados serão utilizados critérios tanto quantitativos quanto qualitativos. O *corpus* deste trabalho é composto por dez textos do domínio discursivo jornalístico. Os textos, publicados no segundo semestre de 2012 (especificamente nos meses de agosto e setembro), foram obtidos da versão eletrônica do jornal *Folha de S. Paulo*, e os gêneros textuais escolhidos para as análises foram reportagens – de seções aleatórias – e editoriais. O critério de escolha desses textos se deu pelo fato deles terem uma grande uniformidade gramatical e refletirem o estado atual de uma variedade padrão da Língua Portuguesa bastante presente no dia a dia dos usuários da língua. De todos os textos que compõem o *corpus*, quatro são do gênero reportagem, de natureza *informativa* e seis do gênero editorial, de natureza *opinativa*. Esses diferentes gêneros textuais foram escolhidos para realizarmos uma análise também comparativa, uma vez que o objetivo principal deste

trabalho é comprovar a hipótese sobre o maior número de ocorrências de rótulos avaliativos, em detrimento dos rótulos não avaliativos nos textos. Além disso, a análise dos dados poderá nos ajudar na discussão sobre o funcionamento dos rótulos na dinâmica argumentativa do texto.

Apresentaremos a seguir uma tabela com a quantidade de rótulos encontrados nos textos que compuseram o *corpus* deste trabalho.

Título do texto	Rótulos não avaliativos	Rótulos avaliativos	Total de rótulos
(1) Prejuízo bilionário das aéreas faz governo acender 'luz amarela' - <i>Gênero: reportagem - Natureza: informativo</i>	8	1	9
(2) Mensalão deixa clima de Fla-Flu e mostra tribunal amadurecido - <i>Gênero: reportagem - Natureza: informativo</i>	7	3	10
(3) Irresponsabilidade Federal - <i>Gênero: editorial - Natureza: opinativo</i>	3	8	11
(4) No limite - <i>Gênero: reportagem - Natureza: informativo</i>	9	1	10
(5) O novo e o velho - <i>Gênero: reportagem - Natureza: informativo</i>	5	3	8
(6) Concursos transparentes - <i>Gênero: editorial - Natureza: opinativo</i>	1	7	8
(7) Quem vai definir quais são os limites? - <i>Gênero: editorial - Natureza: opinativo</i>	3	6	9
(8) Censura em rede - <i>Gênero: editorial - Natureza: opinativo</i>	2	6	8
(9) O batismo do tatu - <i>Gênero: editorial - Natureza: opinativo</i>	1	4	5
(10) Código Penal: entre baleias e seres humanos - <i>Gênero: editorial - Natureza: opinativo</i>	0	7	7
Total por tipo de rótulo	39	46	85

Tabela 1: Ocorrência de rótulos.

Os dados apresentados na Tabela 1 apontam que em seis do total de dez textos, as ocorrências dos rótulos avaliativos superam as ocorrências dos rótulos não avaliativos e também se relacionarmos os dois gêneros textuais – considerando o total dos textos – as expressões avaliativas aparecem em maior quantidade.

Apresentamos a seguir alguns exemplos de rótulos não avaliativos encontrados no *corpus*:

Os prejuízos registrados por companhias aéreas neste ano fizeram acender a "luz amarela" para o governo federal. **O receio** refere-se aos impactos que os resultados negativos possam ter sobre os preços de passagens e a saúde financeira das empresas. **A preocupação** foi externada pela ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, a

representantes do setor de turismo durante reunião fechada no Palácio do Planalto anteontem (Mercado, **Folha de S. Paulo**. Prejuízo bilionário das aéreas faz governo acender ‘luz amarela’ 29 set. 2012).

Colaborou também o fato de a divisão entre ministros pró-condenações ou pró- -absoluções generalizadas não ter se confirmado. Esse desfecho provisório demonstra que nossas instituições alcançaram um nível de maturidade maior do que muitos desconfiavam (Poder, **Folha de S. Paulo**. Mensalão deixa clima de Fla-Flu e mostra tribunal amadurecido. 31 ago. 2012).

Esse grupo de programas, que impulsionou uma escalada das despesas da União, consumiu cerca de R\$ 330 bilhões no ano passado, o equivalente a 7,9% do Produto Interno Bruto. Em 1995, o dispêndio correspondia a 5,3% do PIB (Opinião, **Folha de S. Paulo**. No limite 20 set. 2012).

Jornalistas profissionais construíram ao longo de décadas um acervo de conceitos, práticas e princípios que diminui a possibilidade de ocorrência de episódios como este. Nas mídias sociais, esta cultura ainda não existe, e talvez nunca exista, devido à infinidade de emissores (Opinião, **Folha de S. Paulo**. Quem vai definir quais são os limites? 29 set. 2012).

A seguir, alguns exemplos de rótulos avaliativos encontrados no *corpus*:

Nem é preciso comprovar que candidatos tenham, de fato, sido barrados com base no preconceito --moral, religioso, político-- dos examinadores. A simples possibilidade de que isso aconteça é razão suficiente para, em nome da transparência, banir tais entrevistas secretas como receitou o CNJ. Deve-se saudar que aos poucos, embora não sem resistência, o Judiciário esteja abandonando maneirismos arcaico se abrindo as janelas para arejar a instituição (Opinião, **Folha de S. Paulo**. Concursos transparentes 30 set. 2012).

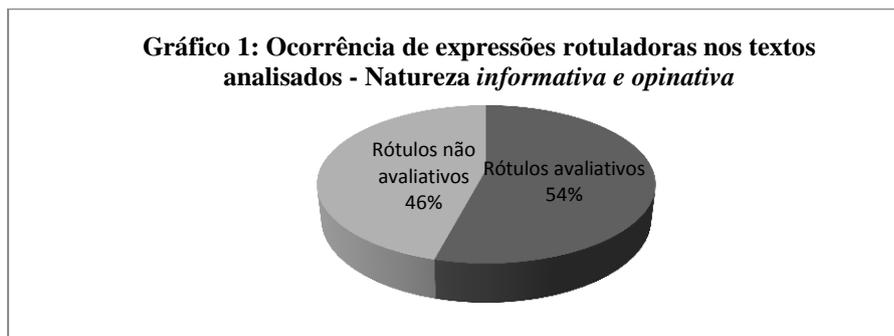
A maior ameaça à liberdade de expressão no Brasil, hoje, parte do Judiciário. Se alguém alimentava dúvida sobre essa situação espantosa, a detenção do diretor de um serviço de publicação de vídeos na rede mundial de computadores, por determinação da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul, se encarregou de desfazê-la (Opinião, **Folha de S. Paulo**. Censura em rede 28 set. 2012).

Há diversas penas desproporcionais. De acordo com o novo dispositivo legal, a vida de um animal vale mais do que a vida humana. Basta confrontar os crimes contra a pessoa (ou contra a dignidade sexual) e os crimes contra a fauna para que se percebam previsões equivocadas (Opinião, **Folha de S. Paulo**. Código Penal: entre baleias e seres humanos 02 set. 2012).

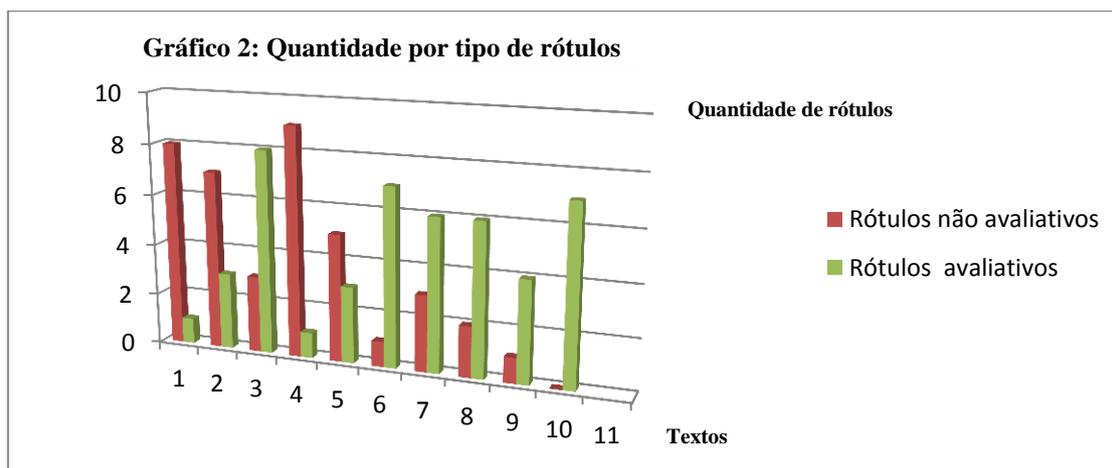
A flora brasileira não teve o mesmo tratamento especial. Embora nossas florestas, especialmente a Amazônica, sejam alvo de cobiça internacional e de desmatamento, destruir inteiramente uma floresta nativa provoca uma reação penal pífia: prisão de três meses a um

ano --a mesma pena para quem danificar a vegetação de logradouro público. Arrancar as pétalas de uma rosa na pracinha ou destruir a Amazônia se tornam condutas de igual gravidade (Opinião, **Folha de S. Paulo**. Código Penal: entre baleias e seres humanos 02 set. 2012).

Para uma melhor visualização, utilizamos o gráfico a seguir para apresentar a ocorrência dos rótulos em todos os textos do *corpus* analisado.



A análise quantitativa dos dados confirmou a hipótese principal deste trabalho, a de que os rótulos de cunho avaliativo prevalecem na produção dos textos jornalísticos analisados. Contudo, nos textos 1, 2, 4 e 5, as expressões rotuladoras não avaliativas tiveram quantidade maior de ocorrências, conforme se pode observar no gráfico a seguir.



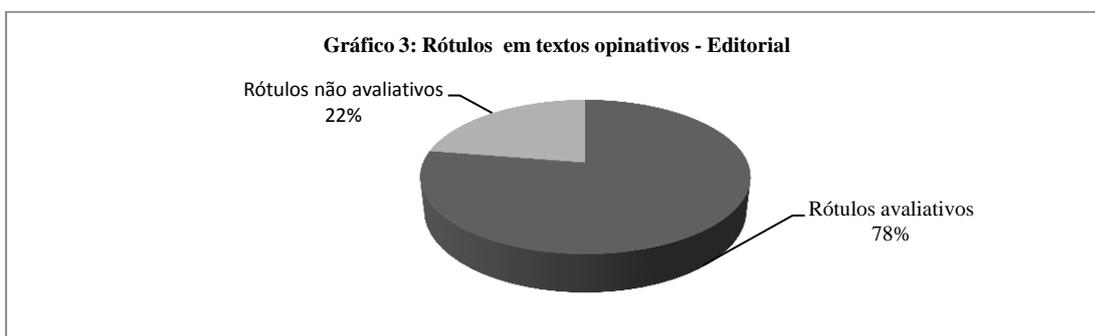
Apesar de as expressões rotuladoras de cunho avaliativo terem sido mais usadas, de forma geral, nos textos analisados, não podemos delimitar com clareza a

predominância absoluta desse tipo de rótulo nos textos escritos, pois os resultados são muito próximos, com uma diferença de apenas 8% conforme se vê no gráfico 1.

Considerando a quantidade de rótulos avaliativos em cada texto, conforme ilustra o gráfico 2, continuamos no impasse instaurado pela aproximação dos resultados, pois em quatro dos textos analisados, as expressões não avaliativas se sobressaíram, estabelecendo uma diferença de apenas dois textos, com os outros seis textos em que as expressões avaliativas foram predominantes.

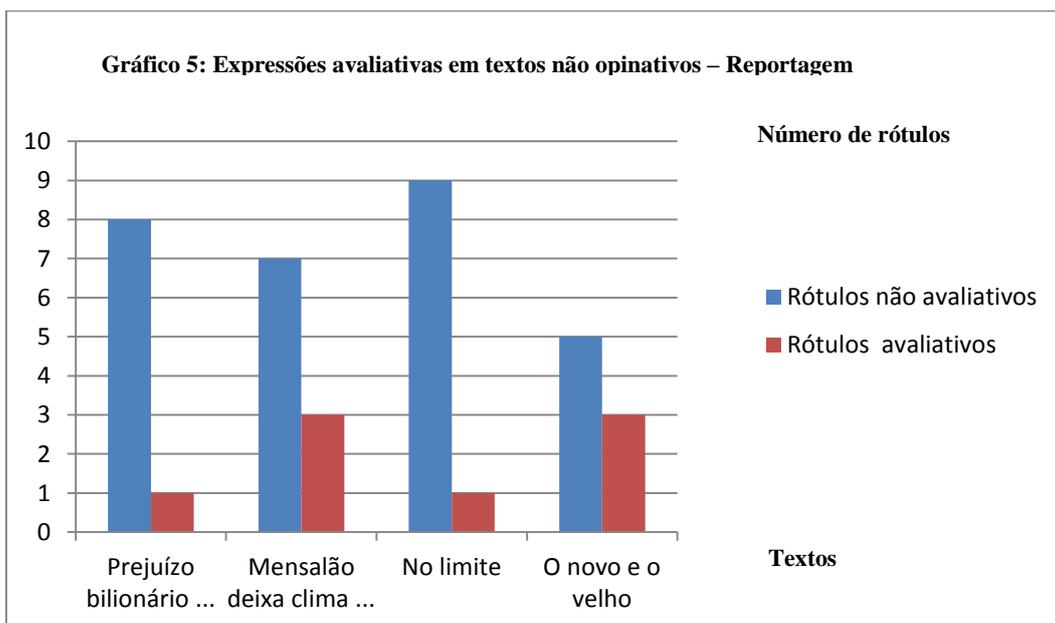
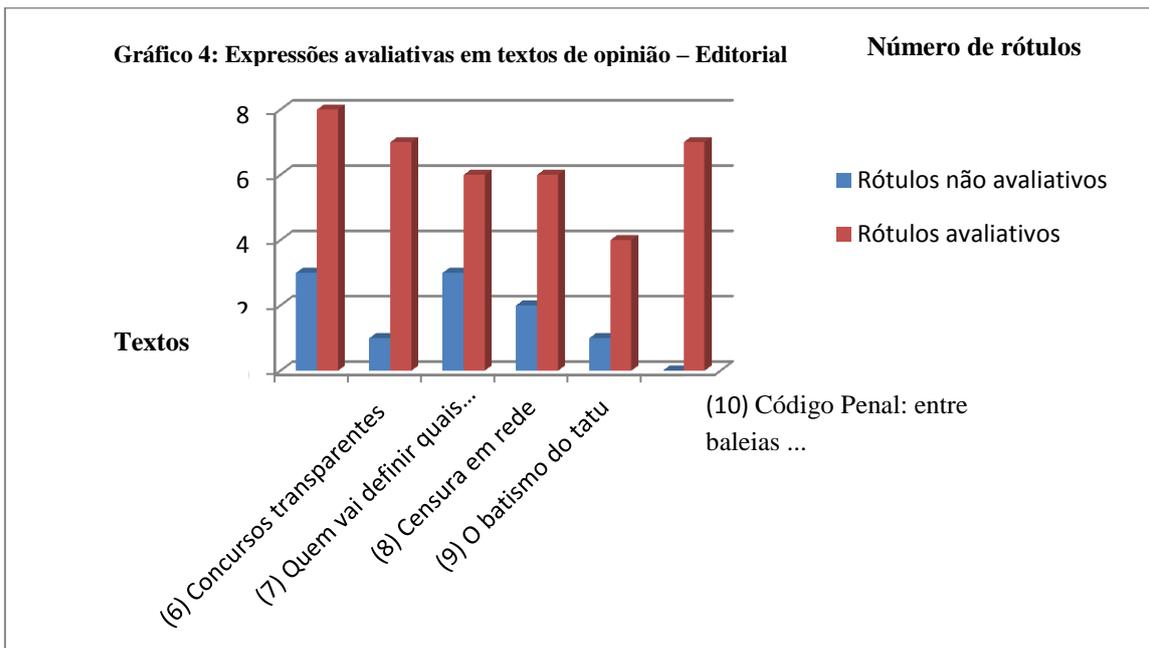
A partir da análise dos dados, a hipótese geral desse trabalho de que os rótulos de cunho avaliativo prevalecem na produção do texto se torna frágil, pois o *corpus* analisado foi pequeno. A hipótese levantada se confirma para os textos analisados neste trabalho, de modo que para sabermos se essa afirmação é válida para todos os tipos de textos, seria necessário investigar um *corpus* maior, além de incluir nas análises outros gêneros textuais, já que neste trabalho analisamos apenas dois gêneros: reportagem e editorial.

Um aspecto interessante que os dados revelaram e que deve ser destacado é o fato de os textos que apresentam um maior número de ocorrências de expressões rotuladoras avaliativas são textos opinativos⁹. Partindo desse dado, podemos afirmar que em textos opinativos as expressões rotuladoras avaliativas são mais utilizadas do que as não avaliativas? Essa é uma questão que pode ser retomada em futuras discussões. Vejamos no gráfico a seguir a utilização de rótulos avaliativos nos textos opinativos.



⁹ Dentre os vários tipos de texto opinativos presentes na seção **Opinião** (editorial, artigo de opinião, debates e análise etc.), do jornal *Folha de S. Paulo*, neste trabalho foram escolhidos e analisados apenas os editoriais.

O gráfico 3 nos mostra que em linhas gerais as expressões que recategorizam porções do texto – rótulos avaliativos – em textos de opinião são de longe mais usadas no *corpus* analisado. Outro dado que nos fornece uma pista interessante é que em todos os textos opinativos, o número de expressões avaliativas superou o número de ocorrências de expressões não avaliativas, conforme se pode ver na comparação entre os gráficos 4 e 5.



A partir da análise dos dados temos indícios para reafirmar as teorias de Marcuschi e Koch (2006), no que diz respeito à utilização de expressões rotuladoras nos textos. Conforme já foi afirmado, os textos não podem ser restringidos a um amontoado de palavras organizadas em períodos. O processamento do texto depende não apenas de mecanismos textuais – elementos estritamente linguísticos – mas também de relações sociocognitivas. De forma que o texto é entendido como o lugar de interação entre os sujeitos em situações dialógicas onde os objetos-de-discurso são criados em uma mútua atividade cognitivo-interativa no processo de criação de sentidos.

Os dados aqui apresentados nos ajudaram na discussão das questões que envolvem o funcionamento dos textos sob uma visão sociocognitiva. Foi possível reafirmar também a ideia/tese de Carvalho (2005), de que a rotulação é um mecanismo coesivo ímpar na produção de sentido do texto/discurso. Essa afirmação está confirmada nessa pesquisa, sobretudo com os textos de opinião que compuseram o *corpus* deste trabalho.

Conclusão

Em razão de os textos serem organizadores sociais por excelência, o desenvolvimento de uma teoria que os descreva se torna uma atividade imprescindível para uma melhor compreensão do funcionamento da língua como ferramenta social. Descrever o funcionamento dos rótulos dentre vários outros mecanismos de processamento textual é uma atividade instigante e visivelmente necessária, pois além de ser um mecanismo importante na construção do sentido, a utilização dos rótulos abrange tanto fenômenos linguísticos quanto fenômenos que são afeitos à linguagem.

Este trabalho foi iniciado com a hipótese de que nos textos escritos os rótulos avaliativos são mais utilizados do que os não avaliativos, contudo, após a análise quantitativa dos dados, não conseguimos uma comprovação contundente para essa hipótese, pois apesar de as expressões rotuladoras avaliativas terem aparecido em maior número nos textos, as expressões não avaliativas também foram muito utilizadas, o que gerou um impasse pela aproximação do número de ocorrências. O resultado obtido confirma, em parte, nossa hipótese, entretanto, para atingirmos resultados mais seguros, será necessário analisar em trabalhos futuros, tanto um número maior de textos quanto diferentes gêneros textuais.

Todavia, no decorrer da análise dos dados, percebemos que em todos os textos de opinião os rótulos avaliativos tiveram um maior número de ocorrências, do que os rótulos não avaliativos, esse dado estabelece outra questão para discussões futuras no que tange a função dos rótulos avaliativos em textos de opinião.

Referências

BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. *Introducción a la lingüística del texto*. Versión española Sebastián Bonilla. Barcelona: Editorial Ariel, [1981] 1997.

CAMPOS, Melina Smolii; SILVA, Bruna Grasiela. Linguagem e afasia: uma perspectiva discursiva e Bakhtiniana. *Língua, Literatura e Ensino*. Campinas, v. 3, p. 95-105, maio/2008.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de. *O Funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigos de opinião*. Tese de Doutorado em Linguística – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CASTELLO, Luis A.; MARSICO, Cláudia T. *Oculto nas palavras: dicionário etimológico para ensinar e aprender*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CONTE, Maria-Elisabeth. [1996]. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-198.

COUDRY, Maria Irma Hadler. Linguagem e Afasia: uma abordagem discursiva da Neurolinguística. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 42, p. 99-129. jan./jun. 2002

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística textual: introdução*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000 [1983].

FRANCIS, Gill [1994]. Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. A referenciação como construção sociocognitiva: o caso dos rótulos. *Revista de Estudos Linguísticos*. Belo Horizonte, v. 16, p. 201-213. jan./jun. 2008

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Vol. I Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 381-399

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. [1995] Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Org.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MORATO, Edwiges Maria (Org.). *A semiologia das Afasias: perspectivas linguísticas*. São Paulo: Cortez, 2010.

NOVAES-PINTO, Rosana do Carmo. Cérebro, linguagem e funcionamento cognitivo na perspectiva sócio-histórico-cultural: inferências a partir dos estudos da afasia. *Letras Hoje*. Porto Alegre, vol. 47, n. 1, p. 55-64, jan./mar. 2012.

THE LABELING PROCESS IN THE ARGUMENTATIVE DYNAMICS OF TEXT: A SOCIOCOGNITIVE ANALYSES

ABSTRACT

This article analyses a reference mechanism which is developed by labeling. It is founded in a sociocognitive paradigm which considers that the texts do not depend only on textual characteristics for its socially and historically execution. This paradigm also considers the speakers in the reception of a text or discourse in this concept the speakers develop socio interactional and dialogic activities. In order to better understand the work of labeling its events have been analyzed in a corpus of ten journalistic texts. Considering the data analysis it was able to draw a brief discussion about the labeling working and focusing in the evaluating label in the text organization, text progression and meaning production.

Keywords: reference, sociocognition, textual processing, labeling.

Recebido em 14/01/2017.
Aprovado em 17/03/2017.